



A RESPONSABILIDADE DOS EMPRESÁRIOS

| POR ADRIANA WILNER E ALINE LILIAN DOS SANTOS

Você consegue chegar em casa depois do trabalho e contar para a sua família tudo o que fez durante o dia? Esse é o termômetro de responsabilidade social que **Oded Grajew** indica a seus colegas. Ex-empresário e fundador de organizações não governamentais (ONGs) como Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Social Mundial, Instituto Ethos, Rede Nossa São Paulo e Programa Cidades Sustentáveis, Grajew tem sido ativista em diversas causas, entre elas o combate à corrupção nas empresas.

Nascido na Palestina, em 1944, quatro anos antes da fundação do Estado de Israel, Grajew veio para o Brasil aos 12 anos, após rápida passagem da família por Paris, na França. O pai, que representava empresas de relógios, morreu três anos depois e os planos da família de se mudar para Madri, na Espanha, tiveram que ser cancelados. Para continuar estudando, Grajew foi vendedor de livros porta a porta, de cotas de empreendimentos, entre outros. Assim, conseguiu cursar Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).

Depois de trabalhar em organizações e bancos, fundou com colegas da faculdade a empresa de brinquedos Grow – formada pelas iniciais dos nomes dos sócios Geraldo, Roberto, Oded e Waldir. Foi convidado para assumir o Sindicato das Empresas de Brinquedos e Instrumentos Musicais do Estado de São Paulo e, a partir de então, envolveu-se em diversas iniciativas associativas.

Em entrevista exclusiva à *GV-executivo*, Grajew fala dos desafios para combater a corrupção, das dificuldades para aprovar normas e leis de responsabilidade social e aponta perspectivas de renovação após os recentes escândalos envolvendo empresas e políticos.

A CORRUPÇÃO FICOU MAIS ARRISCADA. MUITAS EMPRESAS E POLÍTICOS ESTÃO COLOCANDO AS BARBAS DE MOLHO.

GV-executivo: Em 2005, você já dizia que o financiamento privado de campanha era um câncer. Por quê?

Oded: A maioria dos políticos está a serviço de quem financia as campanhas, não da população. Criança e pobre não financiam campanha. Isso é extremamente danoso para o país, porque coloca as políticas públicas a serviço de interesses privados; é uma corrupção oficial. O financiamento privado na política corrói os valores éticos, a credibilidade dos partidos, das instituições e da democracia. Agora ficou explícito para a maior parte da população, mas quem tinha o mínimo de informação já sabia disso.

Os países com melhores indicadores sociais, ambientais e econômicos não costumam ter financiamento privado; no máximo, a pessoa física do empresário pode contribuir com uma quantia pequeníssima. Nenhuma empresa pode dizer: “Ele se elegeu por minha causa”.

GV-executivo: Fazer campanhas políticas no Brasil é caro. Como resolver isso?

Oded: Ficou caro por causa da proeminência do poder econômico. Mas não precisa ser. Como os candidatos geralmente não têm apelo popular, é necessário muito dinheiro para convencer as pessoas. Por isso, é importante fazer uma reforma política e eleitoral que aproxime o candidato do eleitor e facilite o contato entre ambos.

GV-executivo: Considerando as atuais denúncias de corrupção, o que muda de agora em diante?

Oded: A corrupção ficou mais arriscada. Muitas empresas e políticos estão colocando as barbas de molho. O que fazem os países que têm menos corrupção? Tornam a corrupção perigosa e cara para quem a pratica.

Além disso, a maioria da população, que tem baixo grau de instrução e acesso limitado à informação, não sabia o que estava acontecendo. No entanto, as pessoas mais esclarecidas já conheciam, mas poucas tentaram fazer algo. Há grande responsabilidade dos que têm poder na sociedade deixar chegar a esse ponto. A população começou a entender por que falta dinheiro na escola, na saúde pública e talvez seja mais seletiva na hora de votar. Esse é o lado positivo. O negativo é a descrença na democracia e na política, o que abre espaço para a chegada de populistas. Um discurso antipolítico e mais autoritário está ganhando força.

GV-executivo: Candidatos vêm se elegendo com o discurso de que não são políticos, mas empresários de sucesso. Qual é a sua opinião sobre isso?

Oded: Saber aproveitar os recursos disponíveis para obter resultados é muito positivo. Gestores públicos geralmente são escolhidos por suas relações partidárias, não por sua eficiência. Há milhares de cargos de confiança no Brasil. A cada quatro anos, tudo muda. Uma empresa funcionando assim iria à falência no dia seguinte. Mas o que o empresário mandar acontece em sua empresa. Já o político tem que dialogar com diversos grupos sociais, negociar,

definir prioridades, lidar com muitas variáveis e fazer escolhas que podem contrariar os mais poderosos, se quiser favorecer os que mais necessitam. O ideal é aliar sensibilidade política com capacidade de gestão.

GV-executivo: Esses candidatos passam a mensagem de que não fazem jogo político, mas está ficando claro que nem só políticos são corruptos, correto?

Oded: A maioria dos empresários brasileiros é prejudicada pela corrupção, porque ela inibe a competição. Muitas empresas gostariam de participar de obras, mas não conseguem porque as portas estão fechadas pelo cartel que se instalou. Um número minoritário de empresas participa da corrupção, mas as outras pecam pela omissão em não denunciar o que acontece.

GV-executivo: O que entidades como o Instituto Ethos têm feito para combater a corrupção?

Oded: O Ethos tem importante papel na promoção da responsabilidade social. Sua influência foi fundamental na aprovação da Lei Anticorrupção Empresarial no Brasil. Até algum tempo atrás, empresa corromper político não era crime. Esses empresários só estão na cadeia porque existe essa lei.

GV-executivo: O Ethos também liderou o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. Qual é a contribuição desse pacto?

Oded: É uma forma pedagógica de entender o processo e aprender.

Os pactos são importantes porque geram exemplaridade, mas, para realmente ter impacto, têm que se desdobrar em políticas públicas. No caso desse pacto, a adesão é voluntária e a empresa assume compromissos. O combate à corrupção deve se desdobrar em políticas de transparência, responsabilização, governança, ações de acompanhamento e canais de denúncia para os funcionários.

GV-executivo: Empresas que aderiram ao pacto estão envolvidas em escândalos de corrupção?

Oded: Sim, as empresas denunciadas foram excluídas. As ligadas ao Ethos que estiveram envolvidas nos escândalos foram suspensas e devem preencher uma série de requisitos para voltar a ser associadas. Precisam mostrar que estão mudando, ter políticas de combate à corrupção, *compliance*, relatórios, transparência.

GV-executivo: Apesar de assumir compromissos, ninguém fiscaliza se a organização está cumprindo com o que prometeu no pacto, não é?

Oded: Sim, mas a empresa se expõe. Se não cumprir, torna-se suicida. É desmoralizada diante dos funcionários e corre riscos externamente.

É importante lembrar que os governos estabelecem as regras do mercado: como abrir uma empresa, como se relacionar com os trabalhadores e consumidores etc. Muitas vezes, a legislação é frouxa e é preciso avançar para tornar o mercado socialmente responsável. Na Fundação Abrinq, por exemplo, conseguimos, a muito custo, aprovar uma lei em que fornecedores do governo têm que se comprometer a não permitir trabalho infantil na empresa nem na cadeia produtiva.

GV-executivo: Por que há tanta dificuldade nesse sentido?

RAIO X

- ▶ Oded Grajew.
- ▶ Nascido em 12/06/1944.
- ▶ Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).
- ▶ Pós-graduado pelo Curso de Especialização para Graduados em Administração (CEAG) da FGV EAESP.
- ▶ Fundador da empresa de brinquedos Grow e de ONGs como Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Instituto Ethos, Rede Nossa São Paulo e Programa Cidades Sustentáveis.
- ▶ Idealizador do Fórum Social Mundial (FSM).
- ▶ Presidente do conselho deliberativo da Oxfam Brasil, entidade internacional com foco no combate à desigualdade.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Oded: Por causa da resistência das empresas, já que isso demanda custos e procedimentos. Na época, a Petrobras era a única compradora de álcool. Demandei ao governo colocar uma cláusula: só compro álcool de usina que não usa trabalho infantil. Foi-me dito pelo presidente da Petrobras que seria muito difícil, pois havia uma bancada de usineiros aliada ao governo e isso iria contrariá-los. Convoquei lideranças da sociedade, empresários e ficamos em frente ao Palácio do Planalto segurando uma faixa com a frase: “Vergonha nacional – governo subsidia trabalho infantil”. No dia seguinte, o presidente assinou a resolução

de que quem fornecesse ao governo e às estatais deveria se comprometer a não utilizar trabalho infantil na cadeia produtiva.

GV-executivo: Além da carreira empresarial e em organizações da sociedade civil, você foi assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas logo saiu do governo, em 2003...

Oded: Quando Lula ganhou as eleições, havia grande apoio popular. Era o momento de fazer as reformas política, fiscal e tributária para diminuir a desigualdade e combater a corrupção. Mas o governo não levou adiante. Eu não

queria participar de algo que não fosse transformador.

GV-executivo: Em sua opinião, as empresas são vítimas da corrupção?

Oded: Logo que assumi o Sindicato das Empresas de Brinquedos acabei com o imposto sindical. Quem quisesse podia contribuir voluntariamente. Diziam que não iríamos sobreviver. Organizei feiras, revista, encontros, conferências, palestras, seminários, capacitação. O sindicato ficou rico. Basta que uma empresa faça para mostrar que é possível. O empresário fala: “Se eu não praticar corrupção, vou à falência”. É uma desculpa; falta de competência e criatividade. Um bom termômetro de responsabilidade social para o presidente de uma empresa é se ele consegue chegar em casa depois do trabalho e contar para a sua família tudo o que fez durante o dia.

GV-executivo: Com sua experiência em tantas organizações da sociedade civil, o que funcionaria para combater a corrupção empresarial?

Oded: Continuar a ter consequências. Que a corrupção seja uma atividade perigosa e culturalmente inaceitável. Quando começamos a luta contra o trabalho infantil, havia a cultura de que era bom criança trabalhar, assim ela não estaria na rua ou roubando. A corrupção no Brasil também era uma coisa tolerável. É preciso tornar isso condenável, com o engajamento de cada cidadão, por exemplo: não trabalhar em uma organização que pratica corrupção, senão você também será responsável.

GV-executivo: Quais outras medidas funcionariam?

Oded: Se quiser combater a criminalidade, tem que jogar luz. Deve-se obrigar as empresas a ter transparência total, mostrar seus números em tempo

real. Para quem fornece, de quem compra, quanto pagou... Ter legislações que aumentem a transparência nas atividades empresariais e nos governos. Na Rede Nossa São Paulo e no Programa Cidades Sustentáveis, além de ter um conselho fiscal e uma auditoria independente, todo mês publicamos o balanço com todas as atividades, quem são os apoiadores, para onde vai o dinheiro etc. Está tudo no *site* e qualquer um pode acessar. Não conheço nenhuma ONG que faz isso.

GV-executivo: Há muito a avançar nas organizações sociais?

Oded: Tudo o que falo sobre as empresas vale para qualquer organização. Tem muito sindicato que não registra os empregados, quando sua prioridade deveria ser ter uma relação exemplar com seus funcionários. Mostrar para as empresas: olha, é assim que deve ser.

GV-executivo: Quais são os principais avanços das empresas em relação à responsabilidade social?

Oded: Se perguntar a uma empresa: “Quanto do seu faturamento você investe em projetos sociais?”, raramente o valor chega a 1%. Quando falamos em passar de filantropia para responsabilidade social, significa passar de 1 a 100%. Qualquer atividade deve ser baseada em princípios e valores. As empresas entenderam que não se trata de filantropia, mas de sua relação com a comunidade, o meio ambiente, o fornecedor, enfim, com todos os públicos.

Além disso, hoje há conhecimento para a gestão socialmente responsável. Existem indicadores, modelos de balanços e relatórios. Isso valerá mais à medida que a responsabilidade social se tornar uma política pública obrigatória. Assim como o balanço financeiro e econômico é obrigatório para as

empresas, o balanço de responsabilidade social também deveria ser.

GV-executivo: Há muita resistência para que isso aconteça?

Oded: Toda mudança encontra resistências. Mas a empresa inteligente vê isso como oportunidade. Quando eu estava na Abrinq, lutei para ter uma norma brasileira de segurança e qualidade na fabricação de brinquedos. Havia grande resistência das empresas. Elaboramos a norma. Nos dois primeiros anos, a adesão foi voluntária e depois tornou-se obrigatória. Quando o Brasil abriu o mercado, os chineses não entraram no país da mesma forma que fizeram nas outras nações da América Latina, devido às exigências da norma. O único setor industrial de brinquedos que sobreviveu na região foi o brasileiro. Ou seja, a norma resultou em um grande benefício para a indústria nacional.

GV-executivo: É uma oportunidade e uma questão de princípios?

Oded: Exato. O caminho da felicidade é viver de acordo com seus valores. Ser coerente. O empresário que fala de honestidade, responsabilidade social e não as pratica é uma pessoa infeliz. Dalai Lama dizia: “Viva sua vida de forma honesta e digna, porque, quando ficar mais velho, vai ter a oportunidade de contá-la e revivê-la”. Se você se meter em corrupção, vai acabar convidando criminosos para o Natal em sua casa.

Uma coisa interessante, em termos de benefícios da responsabilidade social, é que as melhores pessoas da minha vida encontrei nesse caminho, não no caminho empresarial, só de negócios. ●

ADRIANA WILNER > Editora adjunta da *GV-executivo* > adrianawilner@gmail.com

ALINE LILIAN DOS SANTOS > Jornalista da *GV-executivo* > aline.lilian@fgv.br